



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

|                    |   |
|--------------------|---|
| <b>Processo nº</b> | 11020.002535/2006-05                                  |
| <b>Recurso nº</b>  | Voluntário  |
| <b>Acórdão nº</b>  | <b>3001-000.181 – Turma Extraordinária / 1ª Turma</b> |
| <b>Sessão de</b>   | 26 de janeiro de 2018                                 |
| <b>Matéria</b>     | PIS/PASEP   |
| <b>Recorrente</b>  | UNIVERSUM DO BRASIL INDÚSTRIA MOVELEIRA LTDA          |
| <b>Recorrida</b>   | FAZENDA NACIONAL                                      |

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP**

Período de apuração: 01/08/1990 a 31/01/1996

*INDÉBITO TRIBUTÁRIO. PLEITO JUDICIAL. PRESCRIÇÃO.*

Prescreve em cinco anos da data do trânsito em julgado da sentença o direito de pleitear administrativamente a compensação.

Recurso Voluntário Negado

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao Recurso Voluntário.

(assinado digitalmente)

Orlando Rutigliani Berri - Presidente

(assinado digitalmente)

Cleber Magalhães - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Orlando Rutigliani Berri, Cleber Magalhães, Renato Vieira de Avila e Cássio Schappo.

## **Relatório**

Por retratar com fidelidade os fatos, adoto o relatório produzido pela 2ª Turma da DRJ/Porto Alegre (efl. 536 e ss):

*A contribuinte supracitada solicitou créditos de PIS da ação judicial em mandado de segurança nº 2000.71.07.0060210, para*

*fins de compensação de débitos de PIS (PA: 09/2002 a 05/2003 e 10/2003 a 12/2003) conforme PER/Dcomps, originais e retificadas, de fls.02/211. Posteriormente, foram anexados aos autos:*

*a) cópias do processo administrativo judicial nº 11020.002309/0041, que trata dos documentos e cálculos da restituição dos valores de PIS dos períodos em análise, de fls.42/165; b) DCTF's sem processo administrativo, que tratam do crédito da ação em mandado de segurança em análise com débitos de PIS (PA: 09/2002 a 12/2002), conforme fls.166/176; c) cópia do despacho decisório do processo de restituição do processo 11020.002495/200189, no qual a contribuinte havia requerido a restituição de PIS dos períodos de apuração de outubro de 1995 a fevereiro de 1996, conforme fls. 183/190; e d) declaração de compensação de débitos de PIS dos meses de janeiro a março de 2003, contido no processo administrativo nº 11020.001328/200382, conforme fls.191/193.*

*Diante deste fatos e após análise da decisão judicial e dos demais documentos contidos nos autos, a DRF de origem fez a apuração do valor da ação judicial nos demonstrativos de fls.160/163, tendo excluído os valores de restituição de outubro e novembro de 1995, pois já estavam no processo administrativo 11020.002495/200189, e reconheceu o direito creditório de R\$ 112.528,45, em 01/01/1996. Este foi utilizado para compensação com os débitos juntados aos autos, exceto o período de apuração de janeiro a março de 2003, pois já estavam controlados/pleiteados no processo administrativo nº 11020.001328/200382, tendo havido a homologação das compensações pleiteadas e sobrado um valor residual de crédito.*

*Estas conclusões e determinações se encontram no Despacho Decisório DRF/CXL nº 407, de 23/10/2006, de fls.194/196.*

*A contribuinte foi cientificada do Despacho Decisório DRF/CXL nº 407, de 23/10/2006, de fls.194/196, em 12/12/2006, conforme A.R. de fl.225*

*Após, fez uma série de compensações com o valor residual da restituição reconhecida no despacho acima, datadas de 15/12/2006 a 21/05/2010, conforme PER/Dcomps de fls.227/349 e 358/389.*

*Apreciando estas novas PER/Dcomps, a DRF de origem fez uma nova análise dos fatos. Desta, conclui por emitir o Despacho Decisório 296 – DRF/CXL, de 25/05/2010, de fls.402/403. Neste, homologou as compensações transmitidas até 09/08/2009, não homologando após esta data, pois haveria a prescrição do direito de utilizar o crédito da ação judicial transitada em julgado em 09/08/2004, que é de 5 anos após o trânsito em julgado.*

*Posteriormente, os débitos dos períodos de apuração de janeiro a março de 2003, do processo administrativo nº 11020.001328/200382, foram transferidos para este processo em análise (11020.002535/200635), que outrora tinham sido excluídos, conforme Informação DRF/CXL/Seort nº 50, de 16/11/2010, de fl.404.*

*Também posteriormente, mas antes de ser cientificada do Despacho Decisório 296 – DRF/CXL, de 25/05/2010, de fls.402/403, a contribuinte fez uma série de novas compensações, datadas de 02/06/2010 a 17/01/2011, conforme PER/Dcomps de fls.406/429 e 470/472.*

*Cientificada do Despacho Decisório 296 – DRF/CXL, de 25/05/2010, de fls.402/403, em 14/02/2011, conforme A.R. de fl.476, apresenta manifestação de inconformidade, de fls. 477 a 483.*

*Nesta inconformidade, preliminarmente, argumenta que a ação judicial em mandado de segurança nº 2000.71.07.0060210 lhe concedeu o direito creditório de PIS e que o período de compensação fundamentado nesta ação compreendia os débitos de PIS dos meses de janeiro a março de 2003, devendo ser imputado o crédito deferido neste processo administrativo a estes débitos.*

*No mérito, alega que a matéria da prescrição e da decadência está adstrita ao Código Tributário Nacional, que foi recepcionado como lei complementar pela Constituição, pois estas matérias não podem ser reguladas por lei ordinária ou decreto, segundo o art.146 da Constituição.*

*Por conseguinte, a matéria em litígio deveria ser regulada pelo art.168 do CTN, o qual, em suas hipóteses legais, não prevêem a prescrição para o caso em concreto. Isto porque a decisão no mandado de segurança nº 2000.71.07.0060210 lhe concedeu o direito creditório de PIS e que este foi utilizado após ao trânsito em julgado (art.170A do CTN). Não há razão para aplicar o prazo de cinco anos após o trânsito em julgado da ação judicial, pois a compensação foi realizada mês a mês, desqualificando a hipótese de inéria do contribuinte no prazo de cinco anos, conforme entendimento de doutrina.*

*Após esta manifestação de inconformidade, a DRF de origem prolatou um outro despacho decisório, mais especificamente o Despacho Decisório 328 – DRF/CXL, de 13/05/2011, de fls.502/503, para apreciar as compensações, datadas de 02/06/2010 a 17/01/2011, conforme PER/Dcomps de fls.406/429 e 470/472, anteriormente citadas. Neste, não homologou as compensações transmitidas após 09/08/2009, que envolve todas as enviadas pela contribuinte no período em análise nesta decisão, pois haveria a prescrição do direito de utilizar o crédito da ação judicial transitada em julgado em 09/08/2004, que é de 5 anos após o trânsito em julgado.*

*Cientificada do o Despacho Decisório 328 – DRF/CXL, de 13/05/2011, de fls.502/503, em 24/05/2001, conforme A. R. de fl.506, apresenta manifestação de inconformidade, de fls.508/514.*

*Nesta inconformidade, preliminarmente, repete que a ação judicial em mandado de segurança nº 2000.71.07.0060210 lhe*

*concedeu o direito creditório de PIS e que fez as compensações fundamentadas nesta ação.*

*No mérito, repete a alegação pertinente à prescrição e da decadência anteriormente alegada.*

No voto, a DRJ/Porto Alegre fez as seguintes considerações:

*Cabe observar que, ainda que a manifestante possa discordar, o sujeito passivo tem a seu dispor o lapso temporal de cinco anos, sem hipótese de interrupção ou suspensão, para promover a ação de cobrança de seus créditos contra a Fazenda Nacional.*

*Assim, esse é o prazo que tem ele para se ressarcir do indébito tributário, podendo isso ser exercido mediante o ajuizamento de ação de execução ou pelo ingresso de solicitação via instância administrativa, pleiteando a compensação de valores recolhidos a maior com débitos tributários próprios.*

*Tal entendimento também decorre dos art. 165 e 168 do CTN, que dispõem prescrever em cinco anos, a contar da data do trânsito em julgado, o crédito do sujeito passivo contra a Fazenda Nacional decorrente de sentença judicial.*

Finalmente, a DRJ/Porto Alegre apresentou a seguinte ementa:

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP**

*Período de apuração: 01/08/1990 a 31/01/1996*

**DIREITO CREDITÓRIO SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO PRAZO PRESCRICIONAL DE 5 ANOS DO TRÂNSITO EM JULGADO INEXISTÊNCIA DE SUSPENSÃO OU INTERRUPÇÃO NA ESFERA ADMINISTRATIVA.**

*Conta-se a partir da data do trânsito em julgado o prazo prescricional para que o sujeito passivo exerça o direito de compensação de débitos na via administrativa com o crédito reconhecido em título executivo judicial, sendo que inexiste hipótese de suspensão ou interrupção do prazo prescricional na esfera administrativa.*

*Manifestação de Inconformidade Procedente em Parte*

*Outros Valores Controlados*

Insatisfeita com a decisão do tribunal *a quo*, a Recorrente apresentou Recurso Voluntário no qual, em síntese, repete a argumentação anteriormente trazida ao p.p.

É o relatório.

## **Voto**

Conselheiro Cleber Magalhães - Relator

---

O recurso atende aos pressupostos de admissibilidade previstos no Decreto nº 70.235, de 1972, razão pela qual deve ser conhecido.

O valor em litígio é de R\$ 11.901,92 (efl. 551), dentro do limite da competência das Turmas Extraordinárias do CARF, de sessenta salários mínimos, atualmente R\$ 56.220,00, segundo o 23-B, do Regimento Interno do CARF, aprovado pela Portaria MF nº 343, de 09 de junho de 2015, com redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017.

A Recorrente inicia sua argumentação alegando que matéria referente a prescrição e decadência no direito tributário só podem ser definidas por lei complementar, e não por lei ordinária (efl. 557 e ss.), segundo o art. 146, III da Constituição Federal. Segundo seu entendimento, então, não teria havido prescrição porque "a Manifestante compensou o seu crédito todos os meses, afastando, indubitavelmente, a ocorrência de prescrição" (efl. 560).

Ocorre, entretanto, que o próprio CTN, recepcionado como Lei Complementar com a vigência da CF 1988, estabelece que prescreve em cinco anos, a contar da data do trânsito em julgado, o crédito do sujeito passivo contra a Fazenda Nacional decorrente de sentença judicial. In verbis:

*Art. 168. O direito de pleitear a restituição extinguese com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:*

*I nas hipótese dos incisos I e II do artigo 165, da data da extinção do crédito tributário;*

*II na hipótese do inciso III do artigo 165, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.*

Além disso, a sentença judicial definitiva prolatada em ação declaratória é título executivo, tendo o titular do direito o prazo de 05 anos para a sua execução, administrativa ou judicial (art. 206, § 5º, inciso I, do CC). No mesmo caminho, não há na legislação nenhuma hipótese interruptiva do prazo prescricional contra a Fazenda Nacional nos casos de direito a compensação.

No mesmo sentido, vemos a jurisprudência do próprio CARF:

*INDÉBITO TRIBUTÁRIO. PLEITO JUDICIAL. PRESCRIÇÃO.*

*Prescreve em cinco anos da data do trânsito em julgado da sentença o direito de pleitear administrativamente a*

*compensação* (Acórdão nº 20180.215 da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes. Sessão de 25/04/2007).

Assim por todo o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Voluntário.

(assinado digitalmente)

Cleber Magalhães